

Ata

PLENÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARACATU E URUCUIA.

Ata da 7ª reunião ordinária, realizada no dia 03 de fevereiro de 2026. No dia 03 de fevereiro de 2026 às 09h00min reuniram-se por videoconferência, os seguintes conselheiros titulares e suplentes do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia: **Representantes do Poder Público Estadual:** Patrícia Carvalho Barbosa (IGAM) – Titular; Adailson de Oliveira Santos (SES) – Titular; Wilson Pereira Barbosa Filho (SEMA) – Suplente; José de Paula Martins (IEF) – Titular; Gevair Campos (IMA) – Titular; Álvaro de Moura Goulart (EMATER/MG) – Titular. **Representantes Poder Público Municipal:** Alexandre Stehling dos Santos (Município de Vazante) – Titular; Roberto Kennedy Santos (Município de João Pinheiro) – Titular; José Eustáquio Oliveira Neto (Município de Riachinho) – Titular; Ivonete Antunes Ferreira (Município de Urucuia) – Suplente; Leonardo Pereira Costa (Município de Paracatu) – Titular; Sophia Lorena Pinto Vieira (Município de Patos de Minas) – Suplente; Francisco Pinto da Silva (Município de Arinos) – Titular; Irene Gomes Guedes (CONVALES) – Suplente. **Representantes de Usuários:** Thaís Nascimento Ferreira (IRRIGANOR) – Titular; Marília Cristina Alves de Almeida (CAPUL) – Suplente; Marcelo Perondi (ABHP) – Titular; Rowena Betina Petroll (COOPERTINGA) – Suplente; Régis Machado Couto (Condomínio de Irrigação Rio Paracatu) – Titular; Joice Luiza Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiras) – Titular; Wandir Monteiro Silveira (Sindicato dos Produtores Rurais de Arinos) – Titular; Ediene Luiz Alves (APROSOJA) – Suplente; Natália Gonçalves Mendes (Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) – Titular; Saulo de Lima Bernardes (COPASA) – Suplente; Marcelo Valadares Noronha Braga (Sindicato Rural de João Pinheiro) – Titular; Adaiane Pereira de Souza (BEVAP) – Suplente. **Representantes da Sociedade Civil:** Denis Leocádio Teixeira (UFVJM) – Titular; Bruno Peres Oliveira (Crea-MG) – Titular; Ézio Mendes do Nascimento (Cáritas Diocesana de Paracatu) – Titular; Irene dos Reis de Oliveira (Associação Comunitária para o Desenvolvimento Arraial São Domingos) – Suplente; Tobias Tiago Pinto Vieira (MOVER) – Titular; Max Ulhôa (ADESP) – Titular; Júlio César Ayala Barreto (CEPASA) – Suplente; Rhaul de Oliveira (Associação do Cresertão - Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão) – Titular; Adriana de Oliveira Rocha (Agência de Desenvolvimento de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia) – Suplente. **Convidados:** Rúbia Mansur (APV); Ohany Vasconcelos (APV); Matheus Junio (APV); Giuliane Portes (IGAM); Michael (IGAM); Bruno Collischonn (Rio Preto); Adson Ribeiro (CCR Alto CBHSF). **Assuntos em Pauta: 01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO CBH S78: Tobias Vieira (MOVER)** A reunião teve início com a fala do presidente, que saudou e agradeceu a presença de todos. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM:** Após a **Thaís Nascimento (IRRIGANOR)** constatar o quórum necessário, foi dado início à pauta. **03) APROVAÇÃO DA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 02/12/2025:** **Tobias Vieira (MOVER)** informou a todos que a ata havia sido previamente encaminhada aos conselheiros e questionou se haveria alguma sugestão de alteração. Não havendo manifestações, o presidente a colocou em votação, sendo a ata aprovada com duas abstenções. **04) INFORME DE CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS:** **Thaís Nascimento (IRRIGANOR)** conduziu a discussão acerca das correspondências recebidas, informando que, por se tratar do início do ano, o volume foi reduzido. Destacou, entre os documentos recebidos, a solicitação da Agência Peixe Vivo para ampliação do percentual de custeio administrativo, de 7,5% para 11,4%, bem como a divulgação de portarias provisórias relativas às águas subterrâneas, emitidas pelo IGAM. Tobias informou que todas as correspondências foram previamente encaminhadas aos conselheiros. **05) DELIBERAÇÃO SOBRE A DN REFERENTE AO AUMENTO DO PERCENTUAL DE CUSTEIO DESTINADO À AGÊNCIA DE BACIA, CONFORME OFÍCIO APV/DG Nº 205/2025 - Apresentação APV;** Com a palavra, a **Rúbia Mansur**, Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, iniciou a sua apresentação onde informou que o custeio administrativo

mínimo de uma entidade delegatária que possua estrutura completa, com atendimento às obrigações legais, auditorias, governança, compliance e equipe especializada, não pode ser inferior ao intervalo de 10% a 12% do valor arrecadado. Destacou que modelos que operam abaixo desse percentual tendem a apresentar subfinanciamento crônico, impactando diretamente a capacidade de execução, a transparência e a entrega de resultados aos Comitês. Ressaltou que o percentual recomendado de 11,4% encontra-se plenamente compatível com o intervalo identificado pela metodologia da KPMG, enquanto o percentual atualmente praticado, de 7,5%, está abaixo do mínimo recomendado. Esclareceu que o referido estudo considerou fatores como taxa de inadimplência e a complexidade da bacia hidrográfica, bem como critérios como o volume financeiro administrado, a quantidade de comitês atendidos, a complexidade dos instrumentos de gestão e a estrutura mínima necessária para assegurar governança, integridade, compliance, auditoria, planejamento e execução. Assim, ao aplicar a metodologia ao contexto da Agência Peixe Vivo, chega-se ao percentual de 11,4%, evidenciando tratar-se de proposta realista e tecnicamente fundamentada. A Diretora destacou, ainda, que a realidade atual é estruturalmente mais complexa do que aquela considerada à época da fixação do percentual de 7,5%, em razão do aumento significativo das demandas dos Comitês, da ampliação dos sistemas de controle e compliance — incluindo exigências como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), gestão de riscos e auditorias internas e externas —, bem como da necessidade contínua de investimentos em tecnologia, segurança da informação, sistemas de gestão e comunicação. Acrescentou que houve crescimento da carteira de projetos e contratos, exigindo maior capacidade de controle, monitoramento e prestação de contas, o que torna a estrutura atual incompatível com o custeio anteriormente estabelecido. Pontuou que o subfinanciamento administrativo impacta diretamente a capacidade de entrega aos Comitês, enfatizando que tais custos não são acessórios, mas essenciais para viabilizar a gestão eficiente dos projetos financiados, o adequado controle interno e externo, a celeridade nos processos de contratação e pagamento, o suporte técnico e operacional aos Comitês e a aplicação segura e efetiva dos recursos. Alertou que a insuficiência de custeio pode gerar riscos como atrasos na execução de projetos, perda de qualidade, redução da capacidade de fiscalização de contratos e apontamentos em auditorias, entre outros. Esclareceu, ainda, que a ampliação do custeio não reduz a capacidade de investimento dos Comitês; ao contrário, contribui para o fortalecimento das equipes técnica e administrativa, melhoria dos sistemas, redução de retrabalho, aumento da agilidade nos processos e mitigação de riscos de falhas, multas ou glosas. Tais melhorias resultam em ganhos de eficiência, refletidos em maior taxa de execução, melhor qualidade dos estudos e projetos e redução de atrasos, ampliando, portanto, a capacidade finalística dos Comitês. Acrescentou que outras entidades delegatárias já operam com percentuais superiores, e destacou que a ampliação do custeio é essencial para assegurar a integridade, a governança e a conformidade legal, especialmente diante de um ambiente regulatório mais rigoroso, que exige investimentos contínuos em auditoria, compliance, transparência, gestão de riscos, adequação à LGPD, sistemas de gestão robustos, além da elaboração de manuais, diretrizes e normativos internos. Ressaltou também que a ampliação do custeio garante a continuidade e a sustentabilidade da estrutura administrativa, evitando a dependência de soluções emergenciais. Informou que o limite atual impõe restrições operacionais, como equipes abaixo do ideal, dificuldades de reposição de pessoal, limitações em tecnologia e comunicação, além do aumento do risco de perda de memória institucional em função da rotatividade. Por fim, destacou a vantagem estratégica da previsão de uma única agência para os Comitês afluentes do São Francisco, apontando benefícios como economia de escala, compartilhamento de equipes especializadas, unificação de sistemas e processos, padronização de rotinas, melhoria da qualidade técnica dos estudos e maior sinergia operacional entre as bacias, além de maior robustez institucional, estabilidade da equipe e capacidade de resposta. Encerrando sua manifestação, a Rúbia Mansur afirmou que a ampliação do custeio administrativo constitui uma decisão estratégica para fortalecer a gestão, garantir eficiência e assegurar a adequada aplicação dos recursos públicos, não se tratando de aumento de despesa, mas de investimento em estrutura, segurança, qualidade administrativa e técnica, bem como na continuidade da gestão dos Comitês. Destacou, ainda, que o fortalecimento da equipe, inclusive com a oferta de benefícios básicos, é medida essencial para a obtenção de melhores resultados

para os CBH's. Por fim, agradeceu a todos e encerrou a sua apresentação. Em seguida, com a palavra a **Giuliane Portes (IGAM)** corroborou as manifestações da Rúbia Mansur, ressaltando a importância da ampliação do percentual de custeio administrativo para o fortalecimento institucional da entidade equiparada. Destacou que a medida possibilita, dentre outros aspectos, a ampliação de equipes técnicas qualificadas, refletindo diretamente na melhoria da capacidade operacional e na geração de benefícios aos CBH's. A **Thais Nascimento (IRRIGANOR)** lembrou que na reunião anterior foram levantados alguns questionamentos sobre as aplicações e rendimentos desses recursos e questionou se existiam esses dados disponíveis. **Ohany Vasconcelos**, Gerente de Integração da Agência Peixe Vivo, explicou que os recursos são aplicados em poupança com rendimento baixo, mas seguro. **Joyce Luiza (Condomínio dos Irrigantes do Entre RIBEIROS)** e **Marcelo Valadares (Sindicato Rural de João Pinheiro)**, expressaram preocupações sobre a inadimplência e a capacidade dos produtores de pagar os aumentos propostos, sugerindo que a agência deve primeiro melhorar a cobrança antes de aumentar os custeios. **Rúbia Mansur** esclareceu que o aumento proposto não significa aumento na cobrança dos usuários, mas apenas um ajuste no custeio da agência. Ela explicou que a metodologia desenvolvida pelo IGAM para calcular o valor de 11,4% para as afluentes da bacia do São Francisco, já considera a taxa de inadimplência. Ela enfatizou que as melhorias na estrutura da Agência Peixe Vivo são necessárias para cumprir requisitos legais e garantir transparência no uso dos recursos públicos, sem visar lucro. **Ohany Vasconcelos** reforçou que o objetivo não é buscar excessos de benefícios, mas garantir excelência no trabalho com os recursos disponíveis. **Marcelo Perondi (ABHP)** questionou sobre a distribuição dos recursos arrecadados e a governança entre a Agência Peixe Vivo e o IGAM, enquanto **Tobias Vieira** expressou preocupação com o aumento do percentual de custeio sem justificativa clara sobre o uso dos recursos anteriores e criticou a falta de consulta aos comitês sobre a alteração do percentual de 7,5% para 11,4%. **Rúbia Mansur** explicou a mudança do modelo de financiamento de 7,5 para 11,4% para todos os comitês afluentes, destacando que a aprovação de todos é necessária e que a partir de 2028 todos devem estar em um contrato único com contas bancárias separadas. Ela enfatizou que a inadimplência é uma preocupação significativa e que o aumento do custeio não é justificado pelo colchão de liquidez, mas por outras necessidades e solicitou que algum representante do IGAM presente, explicasse a maneira que foi criada essa metodologia. Em seguida, **Michael (IGAM)** começou a explicar a DN nº 98, que regulamenta o percentual destinado ao custeio das entidades equiparadas às agências de bacia hidrográfica, ele explicou a metodologia de cálculo do percentual de 11,4% para a cobrança de recursos hídricos, que considera o volume cobrado e a taxa de inadimplência de todas as bacias afluentes do São Francisco. Ele esclareceu que este percentual será indexado a cada cinco anos e que a Agência Peixe Vivo pode pleitear um reajuste contratual desde que atenda aos requisitos de equiparação em todas as bacias e tenha aprovação de todos os comitês. Michael explicou que o percentual de 11,4% foi calculado considerando a capacidade de arrecadação de todos os comitês e que Minas Gerais tem sido pioneira na discussão de custeio das agências de bacia desde 2017, com base em estudos da ANA que apontavam uma necessidade de aproximadamente 1,4 milhões de reais para uma bacia estadual. Michael explicou os esforços do IGAM para combater a inadimplência de usuários, incluindo a divulgação de dados de cobrança e o uso de mecanismos legais para alcançar usuários que não pagam por desconhecimento. Em seguida, **Tobias Vieira** procedeu com a votação sobre a proposta de aumento do custeio, resultando em dois votos favoráveis, treze contrários, nove abstenções e oito ausências. A proposta foi rejeitada. **Rúbia Mansur** mencionou que enviou no chat, antes da votação, possíveis riscos relacionados a não aprovação (comprometimento da capacidade operacional da entidade; redução da qualidade técnica e capacidade de entrega; aumento do risco de não conformidade legal e normativa; fragilização da governança; impacto direto na execução finalística) e que sua entidade irá tratar a questão internamente e informar os demais comitês sobre a não aprovação. Agradeceu a todos e em seguida deu-se prosseguimento a reunião. **6) OGP RIO PRETO: Bruno Collischonn** apresentou o sistema OGP (Outorga Prioritária) implementado no Rio Preto, que permite atender mais usuários de irrigação através de um ranking de prioridades em vez de limites pré-definidos de vazão. O sistema foi desenvolvido após 118 pedidos de outorga estarem sobrestados por 2 ou 4

anos, e já foi implementado com sucesso em outros rios como Rio Bezerra e Rio Javaés. A implementação no Rio Preto inclui condições específicas como garantir vazão ambiental mínima e monitoramento contínuo através de uma estação telemétrica em Porto dos Poções, com a primeira outorga já sendo emitida para pequenos produtores após anos de espera. Bruno apresentou o novo sistema de outorga para o Rio Preto, explicando como será monitorado através de estações de medição, incluindo uma nova estação que será instalada mais próxima da foz do rio. A equipe discutiu a implementação de um sistema telemétrico para monitorar as contribuições do Rio Preto na bacia do Rio Paracatu, com o objetivo de garantir que as entregas sejam respeitadas e homologadas. Em seguida prosseguiu para o próximo ponto de pauta. **7) INFORMES SOBRE A CAMPANHA "EU VIRO CARRANCA PARA DEFENDER O VELHO CHICO - 2026"** - O **Adson Ribeiro** propôs realizar o evento Vire-Carranca na cidade de Paracatu, e a diretoria concordou em apoiar a iniciativa, ele comprometeu-se a buscar mais informações sobre o evento e alinhar os detalhes com a prefeitura local. **8) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS** - Não houve assuntos gerais ou comunicados a serem apresentados. **9) ENCERRAMENTO** - **Tobias Vieira**, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Tiago Pinto Vieira, Presidente(a)**, em 24/04/2026, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **135822027** e o código CRC **CE2CC755**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000168/2026-25

SEI nº 135822027